

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DAS BACIAS  
HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 24ª REUNIÃO**

**Datas:** 15 e 16 de outubro de 2009.

**Local:** Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, localizada no Edifício Marie Prendi Cruz, Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) 505, Lote 2, Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Bérítes Cabral (berites.cabral@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SEDR: Alberto Costa Lopes (alberto.lopes@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano Meneses Cardoso da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério da Defesa – MD: Tarcisio Oliveira (tarcisio@ema.mar.mil.br)
- Ministério de Minas e Energia – MME: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional - MI: Lorena Romã Penna (lorena.penna@integracao.gov.br)
- Ministério dos Transportes - MT: Paulo Ho (paulo.ho@planalto.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MT/PR: ausência
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Aline Nunes Garcia (aline.iema@yahoo.com.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Celia Regina Buono P. Poeta (celiap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – BA/CE: Maria de Fátima Vinhas de Almeida (gerco.bahia@sema.ba.gov.br)
- Usuário/Indústria: Celso Garagnani (consultoria@garagnani.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa - OTEPs: Luiz Fernando Cybis - conselheiro (lfcybis@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa – OTEPs: Wilson Cabral de Sousa Júnior (wilson@ita.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: João Clímaco (climaco@uai.com.br)
- Organizações Não-Governamentais – ONGs: Eliane Bêe Boldrini (elianebeeboldrini@hotmail.com)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: João Carlos C. Milanelli (joaom@cetesbnet.sp.gov.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Luisa Ramos Caetano (Elabore Consultoria) – luisa.caetano@elabore.com.br
- Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br

**RELATORIA:**

- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**Dia 15:** Item 1 – 2ª Reunião do GT “Outorga em Zona Costeira”: No dia 15 de outubro de 2009, às 14h, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 23ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. Luiz Fernando Cybis (OTEPs), tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf

53 de Siqueira (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH. Durante toda a tarde ocorreu  
54 apenas a 2ª Reunião do GT “Outorga em Zona Costeira”, quando foi estabelecido que a Sra.  
55 Célia Poeta (CERH/SP) seria a coordenadora e a Sra. Eliane Boldrini (ONGs) a relatora do  
56 grupo, com o apoio da Sra. Aline Garcia (CERH/ES). Após repassar as atividades do GT  
57 definidas na reunião anterior, entre elas conhecer as experiências existentes no país (onde e o  
58 que se outorga em zona costeira) e levantar as demandas dos estados sobre o tema, o GT  
59 estabeleceu como primeira tarefa a elaboração de um questionário a ser encaminhado a órgãos  
60 gestores outorgantes dos 17 estados costeiros. O objetivo seria obter subsídios para iniciar um  
61 diagnóstico das realidades regionais, o qual seria complementado com uma oficina de trabalho,  
62 em Brasília. Na oficina, com data, metodologia e programação a serem definidas, estariam,  
63 além dos membros da CTCOST, a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de  
64 Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), a Agência Nacional de Águas (ANA), representantes  
65 dos órgãos outorgantes dos estados costeiros e de setores econômicos e sociais para debate  
66 sobre o cenário da aplicação do instrumento “Outorga” em zona costeira. Prazo para o GT  
67 definir o conteúdo do questionário: 4/11/2009. Em 6/11/2009 a relatora da Câmara  
68 encaminharia a proposta de questionário a todos os membros da CTCOST, que teriam até o dia  
69 13/11/2009 para fazer suas observações. Em 17/11/2009 seria iniciado o procedimento de envio  
70 aos estados, o que deveria acontecer até 30/11/2009. Os órgãos teriam 15 dias para responder os  
71 questionários. Os questionários seriam acompanhados de um ofício, o qual seria minutado pela  
72 relatora da CTCOST - memória do GT anexa a esta ata. Nesse dia, a reunião encerrou às 18h40.  
73 **Dia 16:** Às 9h20, [Item 2 – Aprovação da ata da 23ª reunião da Câmara](#): após alterações nas  
74 linhas 88 e 93, solicitadas, respectivamente, pela Sra. Rachel Siqueira (SRHU/MMA) e pelo Sr.  
75 Celso Garagnani (Indústria), a ata foi aprovada. Nesse momento, a Sra. Rachel informou que a  
76 partir daquele dia todas as reuniões de câmaras técnicas, em Brasília, contariam com sistema de  
77 gravação de áudio. A gravação estaria disponível a todos os interessados em ter a íntegra das  
78 discussões. [Item 3 – Apresentação sobre o “Projeto Marinas”, do Litoral Norte de São Paulo,](#)  
79 [por João Carlos Carvalho Milanelli, Gerente Regional da CETESB - Agência Ambiental de](#)  
80 [Ubatuba](#): O Litoral Norte de São Paulo apresenta elevado potencial de poluição na zona costeira  
81 e nos ambientes aquáticos em função de atividades de apoio náutico, como iate clubes, marinas,  
82 garagens e oficinas de manutenção de embarcações. A grande variedade dessas atividades tem  
83 causado impacto na região, conforme constatação de técnicos da CETESB, que vem  
84 intensificando a fiscalização dessa modalidade de empreendimento. Para um controle mais  
85 efetivo, que permita reverter o efeito cumulativo desses impactos, foi implantado o Projeto  
86 Marinas, sob a coordenação da Agência Ambiental de Ubatuba e a participação de diversas  
87 instituições envolvidas direta ou indiretamente na gestão da atividade, entre as quais estão as  
88 prefeituras da região e o Ministério Público Estadual, além do Departamento Estadual de  
89 Proteção dos Recursos Naturais e da Coordenadoria de Educação Ambiental, órgãos vinculados  
90 à Secretaria do Meio Ambiente do estado. O projeto, iniciado em 2005 em São Sebastião e  
91 Ubatuba, começou a ser implementado por demanda do Ministério Público, visando o controle  
92 corretivo de fontes difusas de poluição por óleo e derivados. O projeto inclui um programa de  
93 educação ambiental e conscientização dos setores de turismo e pesca, com a adoção de medidas  
94 ecologicamente adequadas. Há um sistema de certificação ambiental das empresas que atendem  
95 aos padrões estabelecidos pela Secretaria do Meio Ambiente. A proposta se inspirou em  
96 programas como o “Blue Flag”, implantado em 36 países, o “Clean Marina”, da Austrália, e o  
97 programa com o mesmo nome adotado nos Estados Unidos, que fornece um selo para as  
98 instalações que adotam medidas baseadas nas “Boas Práticas de Manejo”, ou “Best Practices of  
99 Management (BPM)”, inserindo as empresas certificadas em cadastros específicos. Segundo  
100 João Carlos Milanelli (Comitês), os problemas ambientais enfrentados pelos programas  
101 internacionais adotados como modelo são bastante similares aos existentes no Litoral Norte  
102 paulista, o que torna viável ajustar as soluções à realidade local, atendendo aos padrões  
103 estabelecidos para o estado de São Paulo. Objetivos específicos: a) adequar ambientalmente a  
104 estrutura de todas as empresas do setor náutico no Litoral norte, envolvendo garagens náuticas,

105 iate clubes, oficinas, carpintarias navais, estaleiros, fabricas de velas, cascos e correlatos,  
106 interrompendo ou minimizando os cenários de poluição associados à atividade; b) promover a  
107 mudança de postura do segmento náutico e pesqueiro, visando a substituição de rotinas e  
108 procedimentos inadequados por rotinas e práticas adequadas e inofensivas ao meio ambiente, as  
109 quais são denominadas Boas Práticas de Gestão e Manejo; c) promover a integração  
110 participativa e produtiva com o setor privado da área náutica, consolidando uma parceria com  
111 os órgãos de fiscalização; d) estimular a incorporação de uma consciência ambiental e uma  
112 postura ativa na sociedade em geral, especialmente nas crianças e adolescentes ligados ao  
113 segmento; e) implantar na sociedade um espírito de responsabilidade solidária pelo meio  
114 ambiente costeiro, a qual deverá funcionar como agente multiplicador e fiscalizador; f)  
115 valorizar e reconhecer publicamente as empresas que aderirem ao Projeto Marinas, dando  
116 visibilidade positiva àquelas que cumprirem as demandas de adequação; g) buscar junto ao  
117 segmento da indústria náutica a incorporação de projetos que valorizem a preservação  
118 ambiental e o controle de poluição; h) buscar junto a Governo Federal apoio para o projeto,  
119 especialmente quanto à incorporação de medidas que desenvolvam a interface ambiental da  
120 indústria náutica; e i) estimular a replicabilidade do Projeto Marinas em outras regiões do litoral  
121 paulista e do litoral brasileiro – (apresentação anexa a esta ata). Após a explanação, houve  
122 discussão sobre como o CNRH poderia trabalhar o tema. Encaminhamento: como o Projeto  
123 Marinas está relacionado a "atividades náuticas", a CT considerou que o tema deveria ser,  
124 inicialmente, tratado pelo sistema GI-GERCO (Grupo de Integração do Gerenciamento  
125 Costeiro) que possui um grupo de trabalho sobre o assunto, e não pelo CNRH. O GI-GERCO  
126 foi criado no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Trata-se  
127 de um fórum de articulação permanente entre diferentes instituições com atuação na zona  
128 costeira, que tem a função de acompanhar a implementação do Plano Nacional de  
129 Gerenciamento Costeiro (PNGC) e articular políticas, planos e programas com rebatimento  
130 nessa região e, por consequência, na orla marítima. Sua atuação colegiada é balizada pelo Plano  
131 de Ação Federal para Zona Costeira (PAFZC), que visa o planejamento de ações estratégicas  
132 para integração de políticas, o compartilhamento de responsabilidades federais e a definição de  
133 um referencial claro do papel da União na gestão costeira. O representante Alberto Lopes  
134 (GCM/MMA) faria a articulação para que Milanelli participe do grupo. No futuro, o CNRH  
135 poderia ser envolvido. [Item 4 – Análise final da proposta de detalhamento do Programa](#)  
136 [9/PNRH - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, Incluindo as](#)  
137 [Áreas Úmidas](#): Após a avaliação das contribuições, a CTCOST aprovou a versão do documento  
138 enviada na convocação desta reunião, com uma alteração/supressão. Em “Contexto e  
139 Justificativas” (1ª página) ► *“Trata-se da borda oceânica das massas continentais e das*  
140 *grandes ilhas, que se apresenta como área de influência conjunta de processos marinhos e*  
141 *terrestres, gerando ambientes com características específicas e identidade própria: na faixa*  
142 *marítima, o mar territorial, com limite de 12 milhas náuticas contadas da linha de base reta;*  
143 *na faixa terrestre, considera-se todo o território dos municípios qualificados como costeiros”*.  
144 A relatora da Câmara faria o encaminhamento da proposta de detalhamento à Câmara Técnica  
145 do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH), a qual solicitou essa tarefa. [Item 5 –](#)  
146 [Comentários sobre o encaminhamento dado à proposta de Resolução que estabelece diretrizes](#)  
147 [adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham](#)  
148 [trechos da zona costeira](#): O Sr. Luiz Fernando Cybis (OTEP) historiou os encaminhamentos  
149 dados sobre a proposta para os representantes mais recentes na CTCOST: Em **27 de março de**  
150 **2008**, a CTCOST apresentou ao plenário a primeira *proposta de Resolução que estabelece*  
151 *diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que*  
152 *contenham trechos da zona costeira*. Naquele momento, essa mesma plenária, com o intuito de  
153 preceder a deliberação final deste colegiado, decidiu por encaminhar essa proposta para as  
154 Câmaras Técnicas do *Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH)* e de *Integração de*  
155 *Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR)* para conhecimento e  
156 manifestação, de acordo com as competências específicas de cada câmara. Não se tratou de um

pedido de vistas. O ofício do secretário executivo, que encaminhou a proposta para as Câmaras, solicitou que fosse emitido parecer sobre a proposta, com celeridade, pois havia sido determinado, por esse plenário, que a proposta de Resolução deveria retornar à pauta na próxima reunião do CNRH. O que não aconteceu. É preciso lembrar que em 4 de junho de 2008, reunião plenária em que a proposta deveria retornar, um grupo de conselheiros entregou o documento intitulado “Considerações sobre a proposta de resolução – CNRH, que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”. Segundo o documento, o objetivo era “colocar para reflexão pontos fundamentais que visavam à melhoria e à correta aplicação do instrumento proposto”. A CTPNRH encaminhou uma proposta de substitutivo para análise por parte da CTCOST, em 30 de julho de 2008, alterando o objeto da proposta original, e a CTPOAR decidiu que não cabia nenhum tipo de manifestação, sobre as duas propostas (da CTCOST e CTPNRH), uma vez que não traziam reais aspectos sobre outorga de uso de recursos hídricos. Essas respostas foram feitas por meio de ofícios à Secretaria Executiva. Em novembro de 2008, a CTCOST decidiu por retirar da pauta do plenário o processo de análise da proposta de resolução até que a Câmara fizesse uma completa avaliação dos documentos recebidos, os quais trouxeram importantes intervenções. Até maio de 2009, a CTCOST reavaliou sua proposta original. Criou um grupo de trabalho com o objetivo de analisar as considerações apresentadas pelo grupo de conselheiros e o substitutivo enviado pela CTPNRH. Ao fim da reavaliação, decidiu, então, por readequar o conteúdo da proposta, mantendo o objeto original. Segundo a maioria dos membros da CTCOST, a nova versão da proposta deixava as diretrizes gerais mais amplas e de fácil receptividade pelos estados. Isso significou que a maioria dos membros da CTCOST não concordou com o substitutivo e com o documento entregue pelo grupo de conselheiros. Com isso, em junho de 2009, a CTCOST formalizou o encaminhamento da nova versão à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) que, após considerá-la pertinente, enviou para a plenária de 28/10/2009, que ainda iria acontecer. A proposta com a versão daquele momento, segundo o deliberado pela Câmara, atendia ao plenário do CNRH que, em 26 de maio de 2009, durante sua 21ª Reunião Ordinária, definiu que “proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira” deveria ser a pauta prioritária da CTCOST em 2009. Por fim, informou que esta versão reformulada pela CTCOST foi objeto de uma reunião acontecida no início de setembro, com a diretoria da Agência Nacional de Águas, onde também estavam presentes a conselheira Rosa Mancini (CERH/SP), o Sr. Alberto Lopes (GCM/MMA), o secretário de Recursos Hídricos do MMA e também secretário executivo do CNRH, Vicente Andreu Guillo, e o próprio Cybis, que recebeu o consentimento da CTCOST para estar lá e falar em nome da Câmara. Nessa reunião, com o objetivo de se fazer uma pré-análise da proposta junto à ANA, antes da plenária de 28/10, foram acordadas duas emendas à proposta, as quais foram apresentadas. Ressaltou que essas intervenções não alteraram o mérito da Resolução e sim a tornou de melhor aplicação pelos estados: *Art. 3º Os planos de recursos hídricos de que trata esta Resolução devem observar, além do conteúdo mínimo regulamentado pela Resolução CNRH nº 17, de 2001, os seguintes itens, cabendo ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica a definição das condições para a sua implementação;* e, ao final do Art. 3º: *Parágrafo único. Os itens contidos no inciso V deste artigo, bem como a definição da área de abrangência dos estudos, serão avaliados, quanto à pertinência e oportunidade, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica em articulação com o órgão gestor de recursos hídricos.* Item 6 – Relato do GT “Outorga em Zona Costeira”: Os participantes do GT relataram o constante no Item 1 desta ata. Item 7 – Informes gerais / Encerramento: Rachel Siqueira (SRHU/MMA) – informou do fim do mandato dos atuais membros da CTCOST em 30/11/2009. Nesse sentido, todos os conselheiros receberiam o Ofício-Circular nº 78/2009/CNRH/MMA. Assunto: Manifestação para participação na CTCOST – mandato dez/2009 a nov/2011. A manifestação formal (via e-mail para [sec.executiva@cnrh-srh.gov.br](mailto:sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)), deveria acontecer até 28/10/2009. Nos termos dos arts. 22 e 23 do Regimento Interno do CNRH, os pleitos seriam analisados pela



209 CTIL, que encaminharia ao Plenário do CNRH, para deliberação, proposta de nova composição  
210 desta Câmara. A ausência de manifestação até a data estipulada seria interpretada como não  
211 interesse do segmento. Eliane Boldrini (ONGs) – de 16 a 19 de novembro aconteceria o IV  
212 Seminário Nacional sobre Dragagem Portuária, quando seria discutido as positivities e  
213 negatividades das licitações de dragagem, seriam apresentadas as atividades do grupo de  
214 trabalho que estava revendo a Resolução CONAMA 344/04, e seriam discutidos os limites  
215 dessa Resolução no processo de licenciamento ambiental para as dragagens e atividades  
216 portuárias no Brasil, conforme programação no endereço eletrônico: [www.ademadan.org.br](http://www.ademadan.org.br).  
217 Durante o evento seria lançada a terceira publicação na área de dragagem portuária. Luiz  
218 Fernando Cybis (OTEPs) – gostaria de convidar o Sr. Alexander Turra, professor/pesquisador  
219 do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), para fazer uma apresentação  
220 na CTCOST sobre o projeto de pesquisa “Sustentabilidade na Zona Costeira”, do qual ele havia  
221 sido convidado a participar. “Sustentabilidade na Zona Costeira” é uma continuação de um  
222 outro projeto, o RECOS 1 (uso e apropriação de recursos hídricos na zona costeira), o qual  
223 envolveu cerca de 200 pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, e encontrava-se no  
224 âmbito do Programa de Avaliação Ecológica Sub-Global Índia/Brasil/África do Sul  
225 (UNESCO). A CTCOST concordou. Wilson Cabral (OTEPs) – também como pauta, sugeriu  
226 estudos sobre “mudanças climáticas e zona costeira”. O Plano de Mudanças Climáticas tem  
227 muito pouco sobre adaptação em zona costeira. Fala-se muito em mitigação de maneira geral,  
228 mas muito pouco em adaptação em zona costeira, que é um tema que caminha avançado em  
229 outros países e mereceria mais atenção no Brasil. A CTCOST concordou. Próxima reunião da  
230 CTCOST: 26 e 27 de novembro, em Campo Grande/MS, paralela ao XVIII Simpósio Brasileiro  
231 de Recursos Hídricos. Às 13h20, não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Luiz Fernando de  
232 Abreu Cybis (OTEPs) agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 24ª reunião  
233 da CTCOST.

234

235 Ata aprovada durante a 25ª reunião da CTCOST, em 26 de novembro de 2009.

236

237

238

**Luiz Fernando de Abreu Cybis**  
Presidente da CTCOST

**Rachel Landgraf de Siqueira**  
Relatora da CTCOST

239